



SENADO FEDERAL  
GABINETE DO SENADOR CLEITINHO  
**PROJETO DE LEI Nº , DE 2023**

Determina que o Presidente e o Vice-Presidente da República, bem como as respectivas comitivas, somente poderão, em missões e viagens internacionais a serviço, hospedar-se em Embaixada ou Consulado-Geral da República Federativa do Brasil.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O Presidente e o Vice-Presidente da República, bem como as respectivas comitivas, somente poderão, em missões e viagens internacionais a serviço, hospedar-se em Embaixada ou Consulado-Geral da República Federativa do Brasil.

§ 1º O disposto no *caput* só não se aplica na hipótese de inexistência de Embaixada ou Consulado-Geral na cidade de destino da missão ou viagem internacional a serviço.

§ 2º Nas hipóteses do *caput*, caso o agente público venha a se hospedar em estabelecimentos particulares, as despesas correrão às suas custas.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Lei tem como objetivo determinar que o Presidente e o Vice-Presidente da República, bem como as respectivas comitivas, somente poderão, em missões e viagens internacionais a serviço, hospedar-se em Embaixada ou Consulado-Geral da República Federativa do Brasil.





## SENADO FEDERAL

Recentemente, o Presidente Lula dispensou hospedagem da embaixada brasileira e gastou R\$ 1,3 milhões em hotel no Reino Unido. A participação do governo brasileiro na cerimônia de coroação de rei Charles III custou alto para os pagadores de impostos. De 26 de abril a 9 de maio, a comitiva liderada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva gastou R\$ 1,3 milhão com 57 quartos no JW Marriot Grosvenor House London Hotel, em Londres. Ao todo, 80 pessoas acompanharam o chefe do Executivo.

O caso citado acima não representa, infelizmente, fato isolado na Administração Pública brasileira. Pelo contrário, é recorrente o dispêndio de recursos milionário para hospedar o chefe do Poder Executivo e respectivas comitivas em viagens ao exterior, mesmo quando disponível acomodação nas embaixadas e consulados do Brasil no Exterior.

Pelas razões acima expostas, e em face dos princípios da moralidade da economicidade, insculpidos na Constituição Federal (art. 37, *caput*), solicitamos o apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei, que certamente gerará grande economia aos cofres públicos, sem qualquer prejuízo à representação diplomática brasileira.

Sala das Sessões,

**Senador CLEITINHO**  
**REPUBLICANOS/MG**

